

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabinete do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

Processo: 1135635

Natureza: Denúncia

<u>Jurisdicionado</u>: Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni

À Secretaria da Primeira Câmara,

Trata-se de denúncia formulada pela Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento Sustentável dos Vales – Coodevale, à peça n. 1, em face do Processo Licitatório n. 82/2022, referente ao Pregão Eletrônico n. 49/2022, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, cujo objeto consistiu no registro de preços para eventual e futura locação de veículos e máquinas pesadas, com motorista/operador e combustível.

Em análise inicial, à peça n. 62, a 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios — 1ª CFM concluiu que, ao deixar de dar preferência à Coodevale, ora denunciante, e negociar o seu preço registrado, uma vez que foi vencedora do item 8 do objeto licitado, referente ao Processo Licitatório n. 82/2022, Pregão Eletrônico n. 49/2022, o Município de Teófilo Otoni, ao contratar o mesmo objeto com a Coopertur, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços n. 33/2022 do Município de Itambacuri, celebrada nos autos do Processo Licitatório n. 59/2021, referente ao Pregão Presencial n. 51/2021, violou a cláusula 16.7¹ do edital do Pregão n. 49/2022, bem como os arts. 17 e 18 do Decreto n. 7.892/2013.

O Ministério Público de Contas, à peça n. 64, também concluiu pela presença de irregularidade no processo licitatório, uma vez que não houve indicação documental de que a Administração tenha oportunizado à licitante vencedora, ora denunciante, o direito de preferência, motivo pelo qual opinou pela citação dos responsáveis para apresentarem defesa.

No despacho à peça n. 65, após verificar a ausência de identificação dos responsáveis pela irregularidade apontada no estudo técnico, à peça n. 62, determinei o retorno dos autos à 1^a CFM para que identificasse, de forma clara e objetiva, os responsáveis por tal irregularidade.

Em cumprimento à determinação, a Unidade Técnica, à peça n. 66, além de reafirmar a

498/286

¹ 16.7 − A existência do preço registrado não obriga o Município de Teófilo Otoni a adquirir os bens que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à empresa registrada preferência em igualdade de condições.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Gabinete do Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

irregularidade do processo licitatório, nos termos do relatório de peça n. 62, concluiu pela citação dos responsáveis que concorreram para a formalização da adesão à ata de registro de preços do Município de Itambacuri, que deu origem à contratação do mesmo objeto do Pregão n. 49/2022, formalizado entre o município de Teófilo Otoni e a empresa Coopertur, nos seguintes termos:

RESPONSÁVEL	CONDUTA
Lucas Míglio, secretário municipal de	- Requisitou a aquisição da contratação por meio de
Agropecuária	Adesão à Ata de Registro de Preços n. 033/2022,
	oriunda do Pregão n. 051/2021.
	Autuou e instruiu o Processo Administrativo de
	Adesão
	- Subscritor do Contrato n. 138/2022;
	Ato de Delegação – Decreto n. 7.742/2017
Lauana Pacheco Rodrigues Teles, secretária	- Autorizou a abertura do processo de Adesão;
municipal de administração interina	Ato de Delegação – Decreto n. 7.742/2017

Diante do exposto, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa estabelecidos no art. 5°, LV, da Constituição da República, determino que essa Secretaria proceda à citação do Sr. Lucas Míglio, secretário municipal de Agropecuária, e da Sra. Lauana Pacheco Rodrigues Teles, secretaria municipal de Administração interina, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem defesa e/ou documentos que entenderem pertinentes sobre os apontamentos constantes da denúncia, à peça n. 1, bem como do relatório técnico, às peças n. 62 e 66, e do parecer ministerial, à peça n. 64, cujas respectivas cópias deverão lhes ser oportunamente encaminhadas ou disponibilizadas.

Manifestando-se os gestores, remetam-se os autos à 1ª CFM para reexame e, após, ao Ministério Público de Contas para manifestação.

Transcorrido in albis o prazo fixado, os autos devem retornar ao meu gabinete.

Belo Horizonte, 13 de março de 2024.

Adonias Monteiro Relator

(assinado digitalmente)

498/286